

Decadência dos sistemas agrícolas tradicionais e a urbanização da cidade de São Paulo

Decay of traditional agricultural systems and the urbanization of the city of São Paulo/SP - Brazil

de Marco Santiago, Cristina

Cristina de Marco Santiago
cristinasantiago@if.sp.gov.br
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Brazil
Universidade de São Paulo - USP, Brazil
Instituto Florestal - São Paulo, Brazil

Percursos
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
ISSN-e: 1984-7246
Periodicidade: Cuatrimestral
vol. 20, núm. 43, 2019
revistapercursos.faed@udesc.br

Recepção: 11/04/2018
Aprovação: 27/09/2019

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/815/8154471007/>

DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724620432019007>

Resumo: Os sistemas agroflorestais são cruciais para a reprodução material e cultural de lavradores tradicionais de economia doméstica semifechada, cada vez em menor número em todo o mundo. No estado de São Paulo, a origem do processo de decadência da lavoura caipira é um assunto controverso e pouco estudado, comumente associado ao esgotamento do solo. Por meio do estudo de caso em um bairro rural tradicional remanescente, buscamos aprofundar a compreensão e reflexão sobre os aspectos envolvidos na involução dos sistemas agroflorestais praticados pelo sitiante que abastecia a cidade de São Paulo, bem como refletir sobre os fundamentos, especialmente econômico e tecnológico, para um desenvolvimento territorial que possa valorizar o modo de vida desses grupos. Utilizamos o território como categoria central de análise, articulando três outras categorias relacionadas: uso do solo, modo de vida e relação campo-cidade. Ficou evidenciado que as práticas de exploração exercidas pelos caipiras, por sucessivas gerações, não determinaram a quase extinção do sistema produtivo local. Todavia, foram determinantes as transformações socioeconômicas pelas quais a cidade e o país passaram. A reflexão sobre a retomada do desenvolvimento em territórios tradicionais foi realizada, particularmente, a partir da contribuição de Friedrich E. Schumacher, Alexander Chayanov e John Friedmann.

Palavras-chave: Modo de vida tradicional, Cultura caipira, Comunidade tradicional, Economia doméstica, Desenvolvimento territorial.

Abstract: Agroforestry systems are crucial to the material and cultural reproduction of traditional, peasant-like, semi-closed domestic economy — which are decreasing in number throughout the world. Although little was studied, the origin of the caipira agriculture decay process in São Paulo state is a controversial subject, which is commonly associated to soil exhaustion. It was sought to deepen the understanding and reflection of involution aspects involved in the agroforestry systems practiced by the farmers who supplied the city of São Paulo through a case study in a traditional rural remnant neighborhood. In addition, it was reflected on the fundamentals for a territorial development, especially economic and technological, that can value the way of life of these groups. The territory was the main category of analysis and

we've also articulated three other related categories: land use, way of life and the dynamics between city and countryside. It was evidenced that the exploitation practiced by the caipiras, through successive generations, did not determine the near extinction of the local productive system. However, the socioeconomic transformations that the city and the countryside have undergone were decisive. The reflection on the resumption of development in traditional territories was carried out particularly from the contribution of Friedrich E. Schumacher, Alexander Chayanov and John Friedmann.

Keywords: Traditional way of life, Traditional communities, Domestic economy, Territorial development, Caipira culture.

INTRODUÇÃO

Distribuídos por todo o planeta, nos mais diversos ecossistemas naturais, os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Embora variem de acordo com os contextos em que se inserem, possuem características comuns, por exemplo: altos níveis de diversidade biológica; variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais; produção em pequena escala; engenhosos sistemas e tecnologias para o manejo e conservação da terra e da paisagem e para a gestão dos recursos hídricos; recursos locais baseados na energia humana e animal; instituições sociais reguladas por fortes valores culturais e formas coletivas de organização, incluindo normas e regras de acesso aos recursos e distribuição de benefícios (ALTIERI, 2010; TOLEDO; BARRERA-BASSOL, 2015).

Os sistemas agrícolas tradicionais, por sua vez, prendem-se a lavradores que, do ponto de vista sociocultural, guardam como características particulares: o alto valor à terra (um patrimônio ancestral); o cultivo da terra como o meio principal para satisfazer a maior parte das necessidades de consumo; a família enquanto unidade básica de produção, consumo, sociabilidade e reciprocidade; o igualitarismo social e o conformismo em relação às aspirações materiais (SHANIN, 1979; SHANIN, 1983).

Ainda que a agricultura seja o principal meio de satisfação das necessidades da unidade doméstica tradicional, o uso múltiplo dos recursos naturais é a estratégia que viabiliza sua subsistência, ou melhor dizendo, sua autonomia. O sistema produtivo, assim, é formado por um mosaico que inclui além do cultivo agrícola, áreas de pousio, florestas primárias e secundárias, hortas, pastagens e corpos d'água, um sistema integrado agropecuário-florestal-pesqueiro baseado na diversidade de recursos e práticas (TOLEDO; BARRERA-BASSOL, 2015).

Com a emergência da sociedade contemporânea urbano-industrial, o desenvolvimento dos territórios tradicionais, de muitas formas, foi afetado; paisagens culturais e diferentes sistemas agrosilvopastoris foram destruídos, incluindo a perda de variedades agrícolas desenvolvidas localmente e a extinção de práticas e saberes transmitidos oralmente ao longo das gerações.

Do mesmo modo que em muitos lugares do mundo e do Brasil, no estado de São Paulo, os lavradores ou sitiantes tradicionais de economia doméstica-semifechada (vinculados à cultura caipira) exerceram a importante função de abastecedores da cidade. Lá, vendiam o excedente da produção e obtinham o recurso necessário para adquirir o pouco que não produziam na lavoura ou na indústria doméstica, sendo possível manter um nível de vida satisfatório, embora modesto, uma realidade que gradativamente foi se alterando, especialmente a partir da década de 1930 (QUEIROZ, 1973a), período em que se acentua o processo de crescimento urbanoindustrial, e em que se inicia a instituição de sucessivas políticas públicas que formarão a base, nas próximas décadas, para a consolidação do projeto nacional de modernização do Brasil, notadamente centrado no crescimento econômico do país (COSTA, 2000; MORAES, 2005).

Autores que estudaram o conhecido “cinturão caipira”, no entorno da cidade de São Paulo, como Fukui (1968) e Seabra (1971), embora não tenham negado a relevância do intenso processo de urbanização na decadência da lavoura, admitiram, com diferentes pesos e sob diferentes alegações, como fator de transformação dessa área o esgotamento das terras antes agricultáveis.

Para Seabra (1971), a existência de relações de parceria, a presença de vários tipos de sítiantes, mais ou menos abastados, mais ou menos dependentes, cultivando suas próprias terras ou não, era a prova do esgotamento dos recursos e de uma conseqüente proletarização entre os próprios lavradores caipiras, fato que os teria levado à produção de carvão e lenha, a expensas das matas nativas.

Segundo Fukui (1968), o tipo de agricultura praticada pelo caipira esgotava suas terras, exigindo sempre a abertura de novas áreas na mata para a implantação das roças que, com o passar das gerações, eram cada vez maiores, tornando as terras insuficientes para todos, de maneira a permitir o necessário rodízio do solo. O carvão, desse modo, substituía o excedente de produção, que diminuía em conseqüência do esgotamento das terras.

Nesse contexto, por meio de um estudo de caso, tivemos por objetivo aprofundar a compreensão e a reflexão sobre as particularidades envolvidas na decadência, ou involução, dos sistemas agrofloreais praticados pelo lavrador tradicional caipira que abastecia a cidade de São Paulo, bem como refletir sobre o desenvolvimento territorial desses grupos na atualidade. O estudo foi orientado pelas seguintes questões: de que maneira, e até que ponto, o processo de urbanização/industrialização respondeu pela decadência dos sistemas agrofloreais historicamente praticados pelo lavrador/sitiente tradicional? O esgotamento do solo mediante técnicas tradicionais de exploração foi um fator determinante ou mesmo contribuiu para a decadência desses sistemas? Os sistemas de produção caipira guardam similaridade com os sistemas tradicionais descritos anteriormente? Quais seriam os fundamentos para impulsionar o desenvolvimento dos territórios tradicionais, atentando-se aos aspectos econômicos e tecnológicos, de forma que não seja afrontado e oprimido o saber-fazer que os configuram e os particularizam?

MÉTODO

Referencial teórico

Compreender o processo de involução agrícola em comunidades de lavradores tradicionais, cuja reprodução material e cultural ao longo de gerações é centrada nos sistemas agrofloreais, exige a consideração de um complexo de fatores históricos de ordem econômica, cultural e política que envolvem a territorialidade desses grupos.

Dessa perspectiva, adotamos como categoria central de análise o território, articulando três outras categorias, segundo os objetivos e questões da pesquisa: modo de vida, relação campo-cidade e uso do solo.

Partimos do entendimento que o território envolve sempre e, ao mesmo tempo,

[...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42)

A partir da concepção de espaço, Haesbaert (2004, p. 79) define o território “como um híbrido, híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço [...], na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade [...]”.

Nos padrões espaciais, nos usos do solo, nas repartições e distribuições e nos arranjos locais inserem-se concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo, ou seja, todo o complexo universo da cultura, da política e da ideologia (MORAES, 2005).

Trata-se, desse modo, de adotar uma perspectiva analítica que considere a complexidade envolvida na relação sociedade-natureza de diferentes grupos, atentando-se ao processo histórico de apropriação do espaço/natureza e ao caráter multidimensional das relações sociais (política, econômica e cultural).

Sorre (1948), em um momento da história em que a sociedade contemporânea ainda emergia, reconheceu dois grandes grupos de gêneros/modos de vida: tradicionais e modernos. O primeiro (rural), definido pela satisfação das necessidades e, como bem observado pelo autor, pela autonomia do grupo. O segundo, fundado na especialização profissional, no avanço da tecnologia e na perda da autonomia, resultado do desenvolvimento industrial e urbano.

De acordo com a distinção feita por Sorre entre tradicional e urbano, dois aspectos se destacam em relação ao modo de vida tradicional: o seu fundamento associado à satisfação das necessidades e a autonomia do grupo para tanto. Orientado por essa lógica, o sítio tradicional, como evidencia Queiroz (1973b), historicamente, dependeu muito mais de recursos próprios locais que do exterior para a sua reprodução material e social, obtendo por meio da terra e do trabalho da família a maior parte do que necessitava. Tais elementos configuram, assim, uma tríade estruturante do modo de vida do sítio e, portanto, da sua territorialidade.

Segundo Woortmann (1990), terra, trabalho e família são categorias culturais nucleantes e indissociáveis, definindo uma ordem moral oposta à ordem econômica da sociedade contemporânea, individualizada e voltada ao mercado.

No que se refere à autonomia, é importante sublinhar que nada está mais distante desse conceito que qualquer tipo de fechamento – autonomia não significa autarquia econômica ou isolamento cultural, “nenhum indivíduo é uma ‘mônada’ isolada e tampouco o são as coletividades organizadas que os indivíduos formam” (SOUZA 2009, p. 70). Trata-se, sim, de acordo com Dematteis (2007, p. 9), da “capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de autoprojeção de um desenvolvimento centrado nessas relações”.

Pensando na relação entre o sítio tradicional e a cidade, de tal importância que Queiroz (1973a; 1973b) a distinguiu como um dos elementos definidores do seu modo de vida, a categoria analítica relação campo-cidade é um aspecto determinante para a compreensão das dinâmicas socioespaciais do território. Como expõe Saquet (2006, p. 160.), cada qual com suas peculiaridades, espaço urbano e rural, “só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar dialeticamente definida”.

Procedimento de pesquisa

O estudo de caso foi realizado no bairro rural dos Paulo, localizado no Parque Estadual do Jurupará, antiga Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, Ibiúna - SP, outrora integrado ao “cinturão caipira”, mais especificamente em área abrangida pelo sertão de Itapecerica, até meados do século passado, reconhecido como a área de civilização caipira mais típica do estado (Queiroz, 1973a).

Trata-se de um bairro composto por vizinhos parentes, descendentes de um mesmo ancestral, cuja história está vinculada ao abastecimento de víveres para a cidade de São Paulo até o final da década de 1950, nos mercados de Santo Amaro e Pinheiros, fundados respectivamente em 1886 e 1910. Com um total de oito famílias (30 moradores), a atual ocupação do bairro é resultado de um processo histórico (e cíclico) de uso e transmissão da terra, dentro de um mesmo tronco familiar, ao longo de, no mínimo, sete gerações.

Foram utilizados como recurso a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e o mapeamento do uso do solo em diferentes momentos históricos: 1959, quando os sítios ainda vendiam os excedentes da lavoura; 1962, situação imediatamente posterior à consolidação da Região Metropolitana de São Paulo; 1978, ano em que foi decretada a Reserva; 2009, auge de implantação do Parque, ano de elaboração do Plano de Manejo (17 anos após sua criação). A reconstituição do uso do solo deu-se com base

em fotografias aéreas datadas de 1962 e 1978; imagem de satélite de 2008; cartas topográficas do Instituto Geológico e Cartográfico de São Paulo de 1979; mapa de vegetação do Instituto Florestal, específico para a área, datado de 1978.

A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E O LAVRADOR TRADICIONAL CAIPIRA

A relação entre o lavrador e a cidade de São Paulo configurou-se somente a partir do século XVIII, após o término das Bandeiras, quando é superada a crise subsequente, caracterizada pela estagnação e empobrecimento econômico. A cidade passa, então, a adquirir certa importância comercial, ocorrendo os primeiros impulsos de urbanização, em decorrência dos progressos agrícolas no cultivo do algodão e da cana-de-açúcar e o conseqüente incremento econômico (MONBEIG, 2004).

Antes confundida com o campo que a invadia, somente entre o fim do século XVIII e início do século XIX é que São Paulo passa a assumir ares de cidade, firmando sua vida caracteristicamente urbana, separada do campo (BARROS, 1967).

Com a dinamização da cidade, a função comercial de víveres se acentua. São Paulo, que desde suas origens contou com uma série de pequenas quitandas e mercadinhos, inicia o século XIX com uma nova área comercial, concentrada na rua das casinhas (atual Rua do Tesouro), em construções destinadas pela Câmara Municipal à venda de alimentos em geral (OLIVEIRA, 2004). Lá, observou Saint-Hilaire (1940), as pessoas do campo vendiam aos comerciantes suas mercadorias num congestionamento diário de escravos, lavradores, tropeiros e suas mulas. Tratava-se de uma produção agrícola que provinha das áreas rurais da própria cidade e de muitas outras localidades próximas (MANZONI, 2007).

A despeito do progresso, o desenvolvimento da cidade até a primeira metade do século XIX ainda era lento. A cultura da cana-de-açúcar cessou de progredir e começou a ser revezada pela cafeicultura que se inicia a partir do Vale do Paraíba mantendo, porém, a capital, a princípio, à margem da sua expansão e de seu movimento comercial (MONBEIG, 2004).

Entretanto, a partir de 1870 já se faziam sentir as grandes mudanças com o impulso da agricultura cafeeira que ofereceu as condições favoráveis ao desenvolvimento urbano. A ascensão de uma classe de proprietários agrícolas e as suas exigências profissionais, abrangidas por complexas relações capitalistas e políticas que ocorriam na capital da província, bem como suas demandas de consumo, constituíram-se em fator de urbanização, acentuando a função política e comercial da cidade que passa por mudanças estruturais. Concomitantemente, uma colônia europeia, predominantemente de artífices, comerciantes e engenheiros, passa a crescer continuamente contribuindo ainda mais para as transformações (MONBEIG, 2004).

A crise do trabalho escravo e a crescente expansão da lavoura cafeeira de São Paulo atraíram para o país, entre 1881 e 1913, mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes (MARTINS, 1990). O café, a província de São Paulo, concentrava quase toda a riqueza do país – o Brasil era o grande produtor mundial (PRADO JÚNIOR, 1987). Nesse período, a cidade se amplia, empreendem-se as primeiras grandes obras de urbanismo. Os fatores de crescimento associavam-se ainda ao surgimento de uma indústria solidária à economia urbana (MONBEIG, 2004).

Em decorrência do progressivo desenvolvimento urbano, na segunda metade do século XIX, ocorre a construção dos primeiros mercados para o abastecimento de gêneros alimentícios da população paulistana (OLIVEIRA, 2004). Apesar das grandes transformações, mantinha-se um paralelismo complementar entre a cidade e o campo, entre as duas economias e os dois estilos de vida. A cidade necessitava muito mais do sitiante caipira do que ele da cidade (QUEIROZ, 1973b). Persistia, entre os habitantes urbanos e rurais, utilizando a expressão de Redfield e Singer (1979), uma “consciência cultural comum”. Eram os caipiras da cidade e os caipiras do mato, conforme observou Pires (1921), mas ambos essencialmente caipiras.

Como lembra Barros (1967), os traços da cultura indígena constituíram o grosso do alicerce da formação cultural paulista. Foi em São Paulo, mais do que em qualquer outra região do país, que se harmonizaram os

costumes indígenas com a nova cultura mameluca[1] (no caso, caipira), que se corporificou posteriormente. Além disso, no Brasil ou no mundo, a oposição entre a cidade e o rural, por muito tempo, como observou Mendras (1969), foi uma face da realidade, pois os citadinos e os rurais compartilhavam crenças, distrações, participavam do mesmo mercado econômico trocando os produtos de suas atividades.

Seabra (1971), analisando as atividades rurais em torno da cidade de São Paulo, observa que nas áreas mais próximas que se destinaram à subsistência dos aldeamentos paulistanos envolvendo, em grande parte, a então modesta cidade de São Paulo, já era notório o caráter decadente da agricultura caipira em pleno século XIX, fosse pela longa exploração agrícola, fosse pelas próprias vicissitudes que caracterizaram as terras atribuídas aos aldeamentos e à sua população indígena e mestiça: mão de obra a serviço do colono europeu. Entretanto, nos sertões, prosseguiu século XX adentro, uma produção mais ou menos intacta, em proporções modestas, cujo excedente proporcionava o intercâmbio com a Cidade (SEABRA, 1971).

Com a crise cafeeira houve uma reorganização da economia e das classes sociais. A função industrial da cidade, a partir de 1930, tornou-se cada vez maior, uma classe média numerosa surgiu com exigências de consumo que penetrou também as classes operárias (MONBEIG, 2004).

A partir dos anos 1940-1950, a lógica da industrialização prevalece, um processo social complexo que inclui a formação de um mercado nacional, os esforços de equipamentos de infraestrutura para torná-lo integrado e a expansão do consumo, impulsionando as relações e ativando o processo de urbanização (SANTOS, 1993). São Paulo cresceu de forma vertiginosa, conforme Dedecca (2004), a população da cidade passa de 240 mil pessoas em 1900, para dois milhões em 1950.

Em meados da década de 1950, a Zona Cerealista da cidade, local em que também se encontra o Mercado Central, inaugurado em 1933, embora ainda fosse o principal centro comercial da cidade, já se mostrava insuficiente. Os alimentos vinham de todo lugar, da área rural do município, dos subúrbios da Grande São Paulo, do interior do estado e de outros estados. No entorno da cidade consolidava-se o que muitos chamaram de “cinturão verde”: manchas de produção agropecuária entre reservas florestais, áreas de silvicultura e áreas residenciais (OLIVEIRA, 2004).

O crescimento populacional da cidade e a entrada de estrangeiros provocaram a dinamização do setor agrícola hortifrutigranjeiro no entorno da capital com a implantação de áreas de produção, cuja participação dos agricultores japoneses foi decisiva, assim como de suas cooperativas (SEABRA, 1977; 1971).

Durante os anos de 1950, várias medidas governamentais ocorreram, entre elas, a concessão de favores fiscais e o favorecimento para a atuação das cooperativas no antigo entreposto Municipal de Gêneros Alimentícios e no Mercado Municipal. Tais medidas possibilitaram o crescimento dessas organizações e favoreceram a proliferação de um sem-número de novas cooperativas (há muito não mais restritas aos japoneses) e sociedades civis agrícolas, geralmente organizadas pelos comerciantes daqueles logradouros públicos que se aproveitaram das regalias concedidas às organizações de agricultores (SEABRA, 1977).

A cidade de São Paulo, crescendo em tamanho e se transformando, foi repelindo o sitiante tradicional que a abastecia (QUEIROZ, 1973b). A área no entorno da Capital, que passa a ganhar expressão agrícola, se sobrepõe, em grande parte, ao chamado “cinturão caipira”.

Oliveira (2004), descrevendo o entorno rural da Cidade na década de 1950, menciona: de um lado, as práticas tradicionais e, de outro, as recentes atividades hortifrutigranjeiras. O autor expõe ainda o preconceito e a discriminação vividos pelo lavrador tradicional caipira quando comparado com o hortifrutigranjeiro japonês.

Para Seabra (1971), o impacto da atividade hortifrutigranjeira no Sertão deu-se muito mais em razão da necessidade de terras e mão de obra dos produtores, visto que os caipiras passaram a se assalariar e arrendar ou vender suas terras, do que devido a uma concorrência comercial pois, em grande parte, os produtos provenientes das duas atividades eram distintos. Todavia, o crescente número de empreendimentos agrícolas no estado, antes dedicados a culturas de exportação que se voltam ao abastecimento da população; o retalhamento de fazendas de café, que se transformam em pequenas propriedades rurais; os imigrantes

colonos das fazendas de café que, com o passar dos anos, se tornam policultores e se somam aos sitiantes (CANABRAVA, 1967; MÜLLER, 1951); a acelerada transição para uma agricultura com métodos modernos, possibilitando a especialização e a produção agropecuária em maior escala, incluindo a avicultura, a cultura de milho, de feijão e de outros gêneros antes restritos aos modestos sistemas agrícolas tradicionais (BATISTA FILHO, 1967; CANABRAVA, 1967; ALMEIDA, 1967), são elementos que, em conjunto, certamente configuraram-se como fatores expressivos de competição no mercado de alimentos.

Com a urbanização e a industrialização alteraram-se os valores sociais, ocorreu a “quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou o enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social” (MARTINS, 1975, p. 2). Esse fator muito deve ter concorrido para o rompimento das relações entre o lavrador caipira e a Cidade, já que se instituiu como um dos fundamentos econômicos da existência cidadina, a “liberdade de enriquecimento’, de alcançar o ‘êxito’, que marcou a ideologia das populações adventícias especialmente em São Paulo” (MARTINS, 1975, p. 2). Em tal contexto se justifica outra suposição de Seabra (1971): de que nas relações com o comerciante de São Paulo estivesse um dos elementos importantes para justificar a decadência econômica de parte da população do “cinturão caipira”.

Diante da racionalidade moderna, a persistência da lavoura tradicional de alimentos passou a se constituir como um problema a ser superado. O discurso político e científico que se construiu em relação ao caipira, morador do sertão, por sucessivas décadas, estava estruturado em torno da ideia de atraso, da necessidade de sua erradicação para que o progresso pudesse emergir (ARRUDA, 2000). Assim, os lavradores caipiras que não cederam minimamente à incorporação das técnicas modernas e à nova racionalidade econômica ficaram excluídos do setor produtivo de alimentos, preço imposto pela sua resistência cultural.

Todavia, se por um lado o lavrador/sitiantes tradicional caipira do entorno da cidade foi excluído do setor de alimentos, por outro, o processo de urbanização-industrialização gerou uma demanda crescente de produtos e subprodutos da floresta (madeira e carvão), constituindo um novo mercado. Contudo, o que a princípio se tornou uma opção, em substituição ao excedente da lavoura, na realidade significou a subordinação do caipira ao regime econômico, comercial e urbano. Sem contato com a cidade, a grande maioria dos sitiantes foi explorada pelo intermediário, abandonou suas roças e finalmente vendeu suas terras (QUEIROZ, 1973a).

O BAIRRO RURAL DOS PAULO

Localizados em áreas com grande restrição de uso, consideradas impróprias para qualquer tipo de agricultura (INSTITUTO FLORESTAL, 1973), portanto, livres da pressão exercida pela expansão agrícola de larga escala e da grilagem que no estado expulsou uma multidão de caipiras de suas terras (RIBEIRO, 1995), os bairros rurais tradicionais de Ibiúna, circunscritos à Serra de Paranapiacaba (área ocupada há pelo menos três séculos por lavradores tradicionais que se autodenominam nativos), ao que parece, foram os últimos a romperem com a comercialização de excedentes da agricultura na cidade de São Paulo e a se empreenderem na atividade extrativista de madeira e carvão, a exemplo do bairro rural dos Paulo.

Detentores de uma área de 294,24 hectares (ha), que inclui duas glebas, aqui denominadas A e B, respectivamente com 157,30 e 136,94 ha, os sitiantes tradicionais da família dos Paulo, até o final da década de 1950, ainda comercializavam seus excedentes da agricultura na cidade de São Paulo, praticando em suas terras ancestrais, de uso comunal, um sistema agrícola e florestal que sustentava uma organização de economia doméstica semifechada, caracterizada por forte autonomia e relações de reciprocidade. Os Paulo, assim como a maioria dos caipiras do sertão de Ibiúna, até então eram sitiantes bem-sucedidos, segundo suas próprias referências. Na fala dos mais velhos, a vida no passado era difícil mas de riqueza, de fartura e de união entre os moradores do Sertão.

A gleba A comportava a lavoura e reserva de floresta antiga, árvores de grande porte e abundância de palmitreiro (*Euterpe edulis*, Mart.), explorados circunstancialmente. A gleba B comportava a moradia além

de reserva florestal de onde eram retirados recursos de uso regular como lenha, madeira para usos diversos, fibras, mel, palmito e plantas medicinais.

O uso do solo, no final da década de 1950, para as duas glebas, representa o padrão de exploração adotado ao longo de muitas décadas, num período que antecedeu a exploração de madeira e carvão (Figuras 1 e 2), que passou a ser realizada porque a lavoura, na fala dos moradores, “não compensava mais”. A floresta predominava na paisagem, eram mais de 250 ha de Mata Atlântica recobrando aproximadamente 86% do total das terras (glebas A e B), enquanto a lavoura ocupava pouco mais que 12%, incluindo áreas de pousio recente.

Do excedente agrícola produzido, uma parte destinava-se ao comércio na cidade e a outra à família e aos parentes sem disponibilidade de terra, que viviam no bairro em “sistema de ajuda”. Não é possível conhecer o número de pessoas que vivia no Bairro nesse período, todavia é sabido que o número de famílias ao longo do tempo pouco oscilou e que essas compreendiam um número maior de filhos.

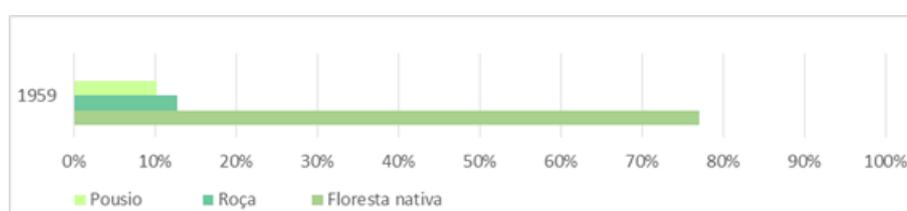


FIGURA 1
– Situação do uso do solo na gleba A até 1959

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

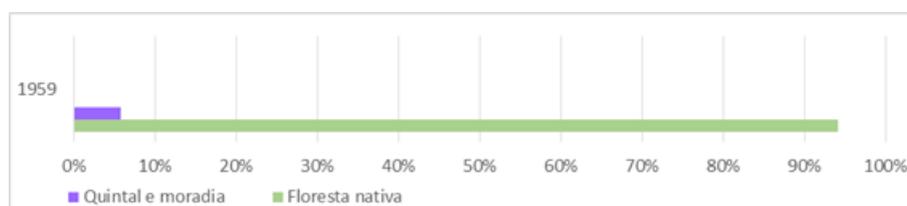


FIGURA 2
– Situação do uso do solo na gleba B até 1959

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Em 1962, dois anos após o início das atividades de extração e comercialização de produtos e subprodutos florestais que substituíram o excedente da agricultura, a gleba A, destinada ao cultivo e à reserva florestal, apresentava 6,1% (9,60 ha) de uso agrícola do solo, menos da metade da área ocupada anteriormente (Figura 3), cuja porcentagem para esta gleba, em 1959, era cerca de 13%, desconsiderando o pousio.

A gleba B, que antes comportava somente as estruturas destinadas à moradia (casa, quintal, paiol e monjolo) e reserva florestal, passa a comportar a extração comercial de madeira e carvão (com a devida licença fornecida pelo Estado), e também cultivos de subsistência nos locais das recém-derrubadas. No ano de 1962, 3,8% (5,21 ha) da gleba B eram destinados à lavoura e 14,9% de floresta já haviam sido derrubadas (Figura 4).

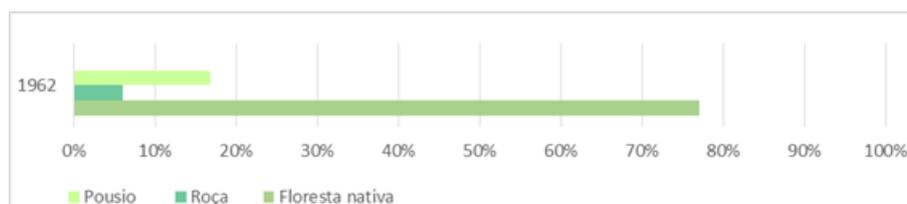


FIGURA 3
– Situação do uso do solo na gleba A em 1962

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

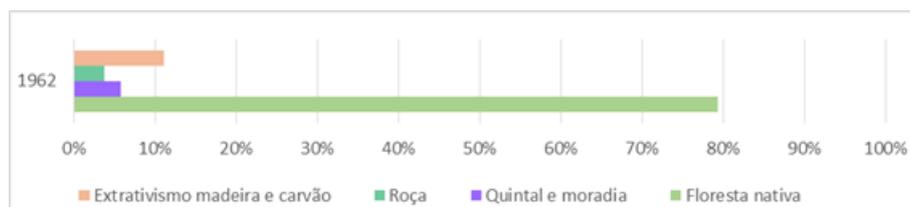


FIGURA 4
– Situação do uso do solo na gleba B em 1962

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Em 1978, ano em que foi criada a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque e 18 anos após o início das atividades de exploração comercial da floresta, a lavoura representava uma diminuta parte do uso do solo. Na gleba A, totalmente preservada da exploração, a cobertura florestal nativa já estava em grande parte recomposta (95,7%), com apenas 1,2% (1,80 ha) da sua área ocupada por lavoura e pousio de igual tamanho. Todavia, em 1,9% da área (3,07 ha), o solo encontrava-se esgotado, recoberto por samambaias, condição que perdura até os dias de hoje, aspecto que será discutido mais adiante (Figura 5).

Na gleba B, a floresta nativa recobria 60,7% (83,09 ha) da área total, a exploração florestal, 31,5% (43,12 ha), enquanto a lavoura ocupava apenas 2,6% (3,5 ha), conforme Figura 6. Foram conservadas as nascentes e as áreas de declividade mais acentuada, consideradas importantes para a proteção do rio.

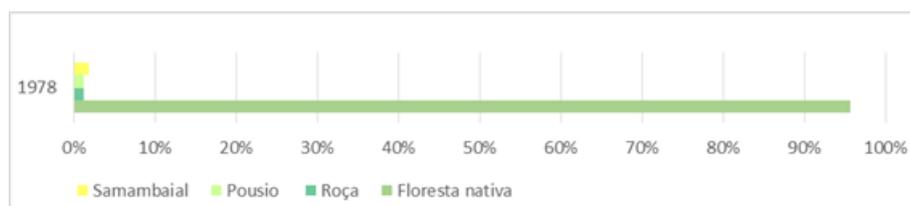


FIGURA 5
– Situação do uso do solo na gleba A em 1978

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

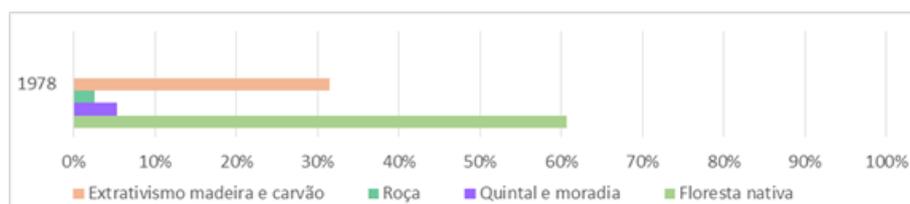


FIGURA 6
– Situação do uso do solo na gleba B em 1978

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Esse padrão de uso do solo não era particular ao bairro dos Paulo, mas comum a todo o sertão de Ibiúna onde quase 80% de floresta recobria, nesse período, uma área de cerca de 24.000 ha (INSTITUTO FLORESTAL, 1978), sertão esse ocupado por mais de uma centena de famílias caipiras, conforme se deduz da planta e respectivo rol de ocupantes produzidos pela Procuradoria Geral do Estado. Organizadas em diversos bairros rurais, essas famílias interagiam formando uma grande rede de relações e configurando um amplo território caipira.

Apesar da lavoura (realizada por séculos), das derrubadas para a exploração de madeira e carvão, das características físicas condicionantes de uso da terra, a vegetação e os recursos hídricos mantinham-se exuberantes, conforme enfatizou o Instituto Florestal, em 1973, que acabou por propor a criação de uma unidade de conservação – embora tenha, acriticamente, comparado a atividade extrativista que ali ocorria com a avassaladora lavoura do café (INSTITUTO FLORESTAL, 1973).

Se, em 1973, as atividades madeireira e carvoeira, é sabido, já se realizavam, de forma generalizada, há mais de 13 anos[2] e, a lavoura, há pelo menos três séculos, em solos com tantas restrições técnicas de uso, se tão exuberantes eram os recursos hídricos e a vegetação local (que recobria a maior parte da área), parece óbvio que os sítiantes caipiras, fosse na condição de lavradores ou de carvoeiros, detinham um saber sobre o manejo dos recursos naturais e que valores próprios ao modo de vida tradicional foram acionados, definindo a intensidade de exploração dos recursos.

Caso a exploração da floresta não fosse uma atividade planejada, no que se refere à proteção do solo e da água e à contínua disponibilidade de material lenhoso, a área já não apresentaria as condições descritas, que perduraram até 1978, quando a Reserva finalmente foi criada, visto que a demanda da cidade por madeira e carvão era suficientemente grande para justificar uma vasta área de exploração.

Outro dado extremamente relevante, que demonstra claramente o estabelecimento de limites na intensidade de uso e o manejo racional dos recursos naturais, diz respeito à porcentagem de área total de floresta nativa nas duas glebas, quando comparados os anos de 1962 e de 1978. Nos dois períodos considerados, num intervalo de 16 anos, foram mantidos, surpreendentemente, os mesmos 78%, correspondendo a pouco mais de 230 ha, incluindo manchas de floresta antiga com cerca de 80 anos.

Assim, verifica-se que, como para qualquer lavrador de modo de vida tradicional, os sítiantes caipiras não vêm a terra “como objeto de trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (WOORTMANN, 1990, p. 12).

No bairro dos Paulo, do mesmo modo que nos demais bairros rurais tradicionais vizinhos, a decadência da lavoura e de todo o sistema produtivo associado à economia doméstica semifechada em hipótese alguma esteve relacionada ao esgotamento do solo. Não se pode, de maneira generalizada, concluir que, originalmente, o esgotamento do solo fosse uma das causas da decadência da lavoura no “cinturão caipira”, assim como é infundada a alegação de que o extrativismo, as relações de parceria e as diferenças econômicas entre lavradores, cultivando em terras próprias ou alheias, fossem prova desse esgotamento e de uma consequente proletarianização, como supôs Seabra (1971).

Tanto Fukui (1968) como Seabra (1971) não contemplaram aspectos culturais definidores do modo de vida tradicional. A relação com a terra, patrimônio familiar indivisível; as relações de reciprocidade entre parentes, responsáveis pela sustentação da estrutura socioeconômica desses lavradores; o equilíbrio entre população e recursos são elementos basilares para a compreensão da relação sociedade-natureza na cultura caipira.

Queiroz (1973a) identificou as diferenças econômicas entre as famílias caipiras e também as estratégias de manutenção da igualdade social. Eram muitas as famílias remediadas no Sertão, fato também constatado por Fukui (1968), e enquanto dever moral havia o compromisso, daquele que se encontrava em melhores condições, de socorrer um parente necessitado. Como explica Sahlins (1970), em uma comunidade de parentesco,

uma família não se pode dar ao luxo de um auto-interesse doméstico quando os parentes vizinhos não têm o que comer. Se a produção familiar gera forças econômicas centrípetas, o parentesco gera forças centrífugas, trazendo os bens do grupo doméstico para distribuição de auxílio aos despossuídos. (SAHLINS, 1970, p. 124)

Diante das dificuldades, as oportunidades eram restritas ao âmbito da parentela que circunscrevia uma esfera territorial definida pelas relações de reciprocidade dentro e entre bairros. Aquelas famílias que, num dado momento, possuíam terras insuficientes para a produção de excedentes ou mesmo para a subsistência e, em contrapartida, muitos braços para trabalhar, recorriam a parentes com terras o bastante para acolhê-los, permanecendo como parceiro, agregado ou jornaleiro, cujo trabalho, na lógica da economia doméstica, era pago em comida e, eventualmente, em circunstâncias específicas, em dinheiro. Contudo, assim como exposto por Woortmann (1990), sempre mantendo o significado da ajuda mútua entre iguais, ou seja, não se tratava da formação de um proletariado como pensou Seabra.

As regras de reciprocidade e as de sucessão da terra garantiam a integridade do patrimônio através dos séculos. Isso posto, cabe assinalar a distinção entre recurso esgotado e recurso não disponível. Este último tem relação direta com a dinâmica, não de exploração do solo, mas de transmissão da terra que, por sua vez, está relacionada à dinâmica de equilíbrio populacional em relação aos recursos disponíveis, considerando o solo agricultável e demais recursos naturais. Assim, as relações de parceria e outras que se instituíam entre parentes compunham as estratégias de manutenção do equilíbrio social e ecológico.

Dessa perspectiva, é possível compreender a ocorrência, na gleba A, de uma pequena área de solo esgotado, frente a tanta disponibilidade de recursos. Essa condição é resultado de consecutivos anos de conflito envolvendo a disputa por terras entre herdeiros de gerações anteriores, em que novas áreas de plantio não foram liberadas pelo então “cabeça[3]” do bairro, até o completo esgotamento do solo, como estratégia de expulsão do morador, em observância às regras de uso e transmissão da terra, regida por uma lógica que, como explica Moura (1986), intenciona poupar o patrimônio territorial de uma fragmentação excessiva.

Parece óbvio que o final da década de 1950 marcou o fim de um processo que se iniciou muitas décadas antes e que foi se estendendo lentamente sobre os bairros rurais tradicionais até que, definitivamente, fossem quebradas as relações econômicas do lavrador caipira com a cidade, deixando-lhe poucas alternativas.

O impacto da metropolização da cidade de São Paulo, ou seja, de todo o processo de constituição da sociedade contemporânea urbano-industrial, repercutiu na estrutura social e econômica do caipira. Para ele, o excedente da lavoura e, por consequência, a cidade e as relações de ajuda mútua entre parentes, faziam parte da sua estratégia de manutenção de equilíbrio social e ecológico. Com as mudanças ocorrendo, todo esse arranjo de soluções ficou abalado e transformaram-se, junto com a cidade, as formas de enfrentar as dificuldades.

Desse modo, entende-se que a perda gradativa do mercado de produtos da agropecuária caipira que passam a ser desvalorizados, a impossibilidade de comercializar o excedente na cidade, que passa a ser abastecida por outros lavradores de toda parte, como visto anteriormente, adotando em maior ou menor grau técnicas e insumos da agricultura moderna, é que parecem ter desencadeado a decadência dos sistemas agrícolas caipiras no sertão entre as décadas de 1930 e 1950. Caso contrário, a exemplo do Bairro dos Paulo, o que mais poderia justificar que o sitiante tradicional se embrenhasse na aventura do carvão? Um trabalho considerado difícil e insalubre.

Foram necessárias novas estratégias de sobrevivência por parte dos lavradores que, buscando se esquivar da nova lógica de produção agrícola e manter a autonomia, viram na extração florestal uma alternativa mas que, ao final, como descreveu Queiroz (1973a), levaram ao arrendamento, à venda de suas terras (um fato que não chegou a ocorrer no bairro dos Paulo) e até à proletarianização de fato, mas como última alternativa, assalariando-se *em terras de alheio*, daqueles que não eram iguais a ele: um “nativo do Sertão”.

Quando o Parque Estadual foi criado, em 1992, as atividades carvoeiras há muito já não eram realizadas. No ano de 2009, ano em que o Plano de Manejo foi concluído, a gleba A apresentava 98,8% de cobertura florestal nativa, sem qualquer tipo de exploração (Figura 7). A gleba B apresentava, aproximadamente, 85,2% de floresta nativa (116,65 ha), 0,8% de lavoura (1,16 ha) e 2,9% de pasto (4,01 ha). As áreas de pousio, ocupando 4,0% (5,46 ha), são roças em potencial e, portanto, variam de tamanho (Figura 8). A situação descrita para esse ano se encontra consolidada desde 2000 até os dias de hoje.

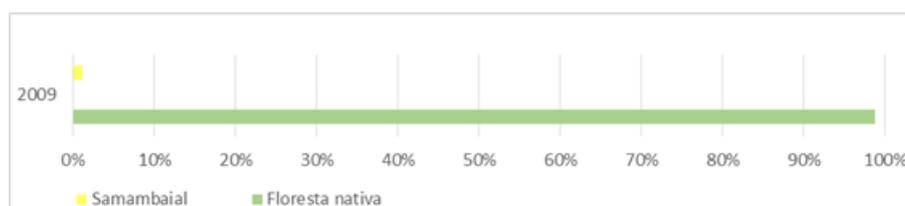


FIGURA 7
– Situação do uso do solo na gleba A em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

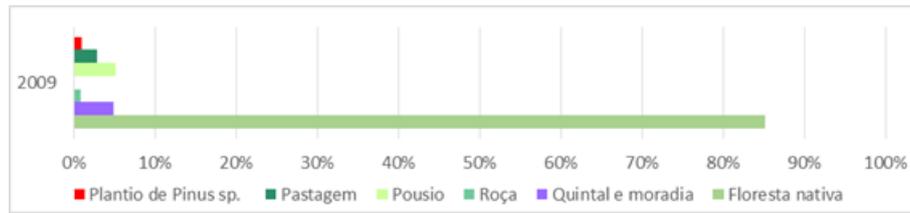


FIGURA 8
– Situação do uso do solo na gleba B em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Com a maior restrição legal a partir da criação do Parque, nas áreas com cobertura florestal, não se pôde mais proceder ao corte para a lavoura. Desse modo, os moradores passaram a roçar com frequência as áreas destinadas ao pousio, impedindo a regeneração da floresta e mantendo-as disponíveis para os plantios.

A rapidez com que se desfazem as marcas do uso tradicional no solo representa um enorme problema à garantia dos direitos desses antigos moradores. Na gleba A, após quase 50 anos de abandono da roça, a vegetação nativa foi recomposta e, se não fosse por uma pequena mancha de solo esgotado, não haveria um indicativo sequer do uso agrícola efetuado no passado, tampouco da eventual extração de madeira e palmito. Por essa razão, essa gleba foi sobreposta pela zona intangível do Parque.

Nos Paulos, a agricultura ainda faz parte da vida de alguns moradores que cultivam para subsistência, mas as plantas e sementes herdadas se perderam e o conjunto de complexos saberes, de estratégias sobre o manejo dos sistemas agroflorestais se fixam principalmente na memória dos velhos (como as antigas técnicas de cultivo, a seleção e manutenção de plantas e animais crioulos, o conhecimento sobre as propriedades e aplicabilidades de espécies da flora nativa).

PENSANDO A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em que pese a importância e o reconhecimento, em nível internacional, do papel que lavradores tradicionais têm para a manutenção da biodiversidade nos sistemas agrícolas e naturais, bem como todo o arcabouço legal da última década que busca beneficiar povos e comunidades tradicionais, o desenvolvimento territorial desses grupos e seus saberes continuam seriamente comprometidos face à predominância da racionalidade socioeconômica capitalista hegemônica, incapaz de considerar as diferenças culturais no processo de inclusão social.

Herdeiros de uma racionalidade eurocêntrica que ainda persiste e se expressa nas contradições das políticas públicas territoriais, por exemplo, as de conservação da natureza (SANTIAGO, 2014), é primordial que tenhamos consciência das enormes dificuldades de se atuar nos territórios tradicionais. Muito se fala em desenvolvimento sustentável, todavia, seus pressupostos (socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto) estão longe de estabelecer qualquer orientação prática, pois são imprecisos e sujeitos a diferentes interpretações.

Compreender e respeitar a perspectiva de desenvolvimento própria ao modo de vida tradicional e estabelecer uma relação de igualdade, aceitando que saberes tradicionais e contemporâneos não refletem diferentes estágios do desenvolvimento humano, mas, como nos ensina Lévi-Strauss (1989), duas formas distintas de pensamento científico, não é uma tarefa fácil.

É necessário desconstruir padrões em relação à pobreza, qualidade de vida, bem-estar, economia, enfim, desenvolvimento; gerar possibilidades eticamente compatíveis com os valores pelos quais se pauta o modo de vida tradicional, salvaguardando a relação histórica sociedade-natureza numa perspectiva econômica

e tecnológica distinta da sociedade dominante. Para essa reflexão, lançamos mão especialmente de contribuições não recentes que consideramos indispensáveis.

Como demonstrou Chayanov (1981), a lógica que preside a economia doméstica difere da capitalista. Trata-se de uma economia dominada pela exigência de satisfazer a necessidade de cada unidade de produção que, ao mesmo tempo, é unidade de consumo (a família), a ela não se aplicam categorias capitalistas como salário e lucro. Não se trata de uma condição de marginalidade e nem é um tipo de economia menos relevante e capaz de resolver problemas (Shanin, 2008).

O economista Schumacher (1985), já no princípio da década de 1970, defendeu a busca por padrões de vida alternativos àquele imposto pela sociedade urbano-industrial contemporânea. Embora propondo uma política de desenvolvimento para os “pobres” (localizados nos setores não modernos dos países em desenvolvimento), tratou de fato e de forma relevante as diferenças culturais a serem consideradas no desenvolvimento, defendendo soluções tecnológicas simples e baratas, o uso de matéria-prima local e para consumo local.

O autor criticou a imposição generalizada de um desenvolvimento centrado nos padrões de vida urbano e na economia dominante. Para ele, os métodos deveriam ser adaptados às diferentes circunstâncias: “[...] os métodos de produção, os padrões de consumo, os sistemas de ideias e de valores que convêm a gente da cidade, relativamente abastada e educada não é natural que convenha a camponeses pobres e semiletrados” (SCHUMACHER, 1985, p. 160). Para o autor, a absorção da economia dominante pelos camponeses representaria a sua ruína, argumentando: se a natureza da mudança é tal que não se deixe nada aos pais para ensinarem aos filhos,

nem aos filhos para aceitarem dos pais a vida da família desmorona-se. A vida, o trabalho e a felicidade de todas as sociedades está dependente de certas “estruturas psicológicas” que são infinitamente preciosas e altamente vulneráveis. A coesão social, a cooperação, o respeito mútuo e, acima de tudo, o respeito por si próprio, a coragem perante a adversidade e a capacidade de resistir aos sofrimentos – tudo isso e muito mais se desintegra e desaparece quando as estruturas psicológicas são gravemente ofendidas. (SCHUMACHER, 1985, p. 160)

O valor da proposta de Schumacher, conhecida como tecnologia intermediária, é que ela está centrada na permanência dos valores das sociedades, rejeitando as mudanças tecnológicas drásticas e valorizando a autonomia e a capacidade local, inclusive de inovação.

Em 1992, Friedmann (1996) propõe a construção de uma política de desenvolvimento alternativo a partir de um processo de empoderamento social e político, com o objetivo de reequilibrar a estrutura de poder na sociedade. Para o autor, a análise territorial, a territorialidade é o meio pelo qual se pode fazer uma avaliação sobre o que realmente significa uma melhoria nas condições de vida e de existência dos grupos, enfatizando as necessidades territoriais específicas de diferentes grupos sociais e defendendo a participação e descentralização da tomada de decisão no desenvolvimento, o que significa dar voz aos sujeitos que desejam manter uma continuidade histórica no desenvolvimento territorial.

Fazendo uma reflexão sobre a pobreza, Friedmann (1996) observa que alguém qualificado como pobre pode não se considerar como tal. A pobreza, destaca, tradicionalmente é definida por aqueles que se julgam socialmente superiores. Aos pobres são conferidas características como estúpido, sem habilidades, sujo, irresponsável, inclinado à violência, por isso devem ser geridos pelo Estado.

Os aspectos mencionados anteriormente, cabe notar, são facilmente reconhecidos na imagem historicamente construída e difundida a respeito do caipira. Entretanto, na pobreza não existe uma lógica preconcebida de economia, nem fartura e sequer um patrimônio material e imaterial que possibilite contínua e indefinidamente a reprodução social e cultural; não existem escolhas, autonomia em qualquer nível, como se observa no modo de vida tradicional.

Friedmann (1996) distinguiu oito elementos interdependentes que constituem os principais meios para uma economia doméstica, formam as bases de poder social e são imprescindíveis ao autodesenvolvimento:

1) *espaço de vida defensável* – uma base territorial; 2) *tempo excedente* – além do necessário à subsistência; 3) *conhecimento e técnicas*; 4) *informação adequada* – melhoria dos métodos de produção, práticas de higiene e saúde, serviços públicos, mudanças de configurações políticas, oportunidade de trabalho remunerado (para a economia doméstica semifechada, diríamos oportunidade de comercialização); 5) *organização social* (formais ou informais) . fonte de informação, apoio mútuo e ação coletiva; 6) *redes sociais* – essenciais para ações autônomas baseadas na reciprocidade, entre famílias, amigos e vizinhos; 7) *instrumentos de trabalho e condições de vida* – saúde, ferramentas, equipamentos, materiais e demais meios necessários à produção doméstica; 8) *recursos financeiros*.

Chayanov (1981) sublinha os princípios universais da atividade econômica que influenciam na capacidade de reprodução social e material dos grupos. São eles: equipar a força de trabalho; aumentar a produtividade do trabalho humano; aumentar o montante da produção agrícola por unidade de área; produzir, anualmente, além do necessário para manter a capacidade individual de trabalho e assegurar à família a oportunidade de viver e se reproduzir, ou seja, produzir um excedente que, como enfatiza o autor, é um pressuposto para qualquer desenvolvimento social estável.

É relevante lembrar ainda que os sistemas econômicos coexistem, interagem (CHAYANOV, 1981), e dessa interação depende a comercialização do excedente. A relação campo-cidade inclui-se nesse contexto.

Para Schumacher (1985), numa visão de economia de pequena escala, pautada na conservação dos recursos naturais e na distribuição equitativa de riquezas, as necessidades estão relacionadas ao desenvolvimento de métodos e equipamentos que sejam: a) compatíveis com o nível de rendimento da sociedade em que vão ser utilizados; b) adequados a uma utilização em pequena escala, com mínimo impacto à natureza; c) compatíveis com a necessidade de criatividade do homem, de modo a não automatizar o trabalho humano e preservar suas relações.

Pensar o desenvolvimento territorial atentando-se a pressupostos aplicáveis à economia doméstica, como os discutidos por Chayanov (1981), Schumacher (1985) e Friedmann (1996), é primordial pois, em torno dela, indubitavelmente, convergem de forma expressiva os valores e o saber-fazer, social e ambiental que, por sua vez, configuram a cultura, como bem explica Claval (1999). É na economia, no sistema produtivo agroflorestal, na indústria doméstica e, portanto, na tecnologia, que se prende em essência o conhecimento empírico da comunidade sobre o uso e o manejo dos ecossistemas naturais em que se desenvolvem.

No âmbito do Governo Federal, observa-se que as políticas públicas de desenvolvimento rural já anunciam a adoção de um enfoque que considera as especificidades culturais e étnicas, bem como a participação e a autogestão. Todavia, do discurso à prática há um caminho longo a ser percorrido, seja no que se refere à compreensão dessas especificidades ou à identificação prática de territórios tradicionais que se mantêm anônimos, invisíveis aos olhos da sociedade hegemônica.

Os fundamentos econômicos e tecnológicos para o desenvolvimento de territórios tradicionais, como visto, são claros, diferem de modelos de desenvolvimento econômico “*tout court*”, formatados na racionalidade das (micro)empresas capitalistas que valorizam os ganhos financeiros e interferem drasticamente na organização da produção e na estrutura social e política local.

Cabe destacar a importância dessa discussão na perspectiva da ciência e tecnologia. As sabedorias tradicionais têm sido consideradas chave para o enfrentamento da atual crise econômica, ecológica e social gerada pelo modelo de desenvolvimento dominante (ALTIERI, 2010; TOLEDO; BARRERA-BASSOL, 2015). Para Reis e Maia (2009), a prospecção de saberes e tecnologias tradicionais é fundamental para a introdução de inovações (de processos e produtos), contribuindo para equacionar as complexas questões colocadas para o desenvolvimento na contemporaneidade.

Entendemos que o intercâmbio entre saberes tradicionais e científicos, o intercâmbio tecnológico entre grupos tradicionais nos níveis nacional e internacional, e o restabelecimento das relações com a cidade para a venda do excedente são estratégias precípuas para a reabilitação, aprimoramento e valorização dos sistemas produtivos agroflorestais e da indústria doméstica, cujo foco deve ser um desenvolvimento territorial

centrado na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar e na retomada da autonomia desses grupos em diversas escalas. Autonomia esta tão cara ao modo de vida tradicional e determinante na manutenção de seus saberes.

CONCLUSÃO

O processo de urbanização/industrialização acontece atrelado a profundas transformações na sociedade, cujos fundamentos significaram o gradativo rompimento da relação do lavrador tradicional de economia doméstica semifechada com a cidade, fato que representou, na área de estudo e muito provavelmente em diversos outros lugares, a principal razão da decadência dos sistemas produtivos agroflorestais que não incorporaram minimamente as técnicas modernas e a nova racionalidade econômica.

O modo de vida tradicional engendra territórios fundados na autonomia (de saberes e recursos), fato que se expressa na organização do trabalho familiar, nas condutas de ajuda mútua; nas regras de transmissão e perpetuação da terra ancestral; nos critérios de tamanho e de escolha das áreas de plantio e de exploração florestal, enfim, no uso e manejo de recursos. Estes elementos, por sua vez, definem particularidades econômicas e tecnológicas que caminham contra a lógica econômica dominante e, portanto, representam um desafio no processo de inclusão e desenvolvimento das comunidades tradicionais na contemporaneidade. Para tanto, é imperativo que aprofundemos a reflexão e o entendimento dos fundamentos para um desenvolvimento territorial capaz de incorporar as variáveis que regulam a relação sociedade-natureza no modo de vida tradicional.

REFERÊNCIAS

- Arruda, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000. (Coleção História).
- ALMEIDA, Gastão Thomaz. Agricultura e pecuária em São Paulo *In*: BRUNO, Ernani Silva (org.). **São Paulo: Terra e povo**; Porto Alegre: Globo, 1967. p. 77-95.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.
- BARROS, Gilberto L. **A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1967.
- BATISTA Filho, Olavo. A propriedade agrícola em São Paulo. *In*: BRUNO, Ernani Silva (org.). **São Paulo: Terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1967, p. 90-111.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Esboço da história econômica de São Paulo. *In*: BRUNO, Ernani Silva (org.). **São Paulo: terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1967, p. 19-46.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 10 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da Arte. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 59-97.
- COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEDECCA, Cláudio S. O trabalho na metrópole. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004. p. 238-262.
- DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e conceitos de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

- FRIEDMANN, John. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo, setembro de 1996. Portugal: Celta, 1996. 197 p.
- FUKUI, L. F. Garcia. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica (“O sertão de Itapeperica”: exemplo das relações entre uma sociedade rural de economia familiar e uma sociedade urbana de economia comercial). *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (USP)*, São Paulo, n. 1, p. 111-154, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Eduff 1997.
- Haesbaert, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). **Procuradoria Geral do Estado encaminha planta pedindo providências do IF, por estar em fase final processo visando legitimação de posses no 2º Perímetro de São Roque**. Processo interno nº 76.905 de 1973.
- INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). **Mapa da cobertura florestal da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque**. São Paulo: Instituto Florestal, 1978. Escala 1:35.000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- MANZONI, Francis Márcio Alves. Campos e cidades na capital paulista: São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. *História & Perspectivas*, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 36/37, p. 81-107, jan./dez. 2007.
- Martins, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- Martins, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-76.
- MONBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004. p. 14-115.
- MORAES, Antônio Carlos R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática; 1986.
- MÜLLER, Nice Lecoq. Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo. **Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 136, n. 7, p. 11-125, 1951.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadoria e de futuro. *In*: Carlos, Ana F. Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 123-161.
- Pires, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo**: estudinhos, costumes, contos, anedotas, cenas da escravidão. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.
- PRADO Júnior, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. dinâmica das relações bairro rural - cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973a.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973b. (Estudos Brasileiros).
- REDFIELD, Robert; Singer, Milton B. La ciudad y el campo: la interdependencia cultural. *In*: SHANIN, Teodor (org.). **Campe sinos y sociedades campesinas**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 302-326.
- REIS, Márcio Carneiro dos; MAIA, Marcelo Maciel. Saberes tradicionais e políticas de C&T para o desenvolvimento territorial. **Revista de Administração da FEAD**, Belo Horizonte: FEAD, v. 6, n. 1/2, p. 336-359, jan./dez. 2009.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1940. (Descrição da cidade de São Paulo, 6).
- SANTIAGO, Cristina de Marco. Políticas públicas de conservação da natureza no Brasil e suas contradições na valorização do modo de vida tradicional. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, p. 33-67, jan./jun. 2014.
- SANTOS, Milton. A urbanização pretérita. *In*: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 17-27.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **Small is beautiful: um estudo de economia em que as pessoas também contam**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- Seabra, Manoel. **Vargem Grande: organização e transformações de uma parte do cinturão-verde paulistano**. São Paulo. 1971. 229 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- Seabra, Manoel. **As cooperativas mistas do Estado de São Paulo**. São Paulo. 1977. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1977.
- Shanin, Teodor (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- Shanin, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- SORRE, Maximilien. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. **Annales de Géographie**, Paris, t. 57, n. 306, p. 97-108, jul./set. 1948.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-7.
- TOLEDO, Manuel Victor; BARRERA-BASSOL, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- Woortmann, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. *In*: **Anuário Antropológico** 87. Brasília: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

NOTAS

- [1] Cultura mameluca ou cultura rústica, como preferiu Cândido, designa o universo das culturas tradicionais do homem do campo, resultantes do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine (Candido, 2003).
- [2] Visto que o bairro dos Paulo não foi o primeiro a se empreender na atividade carvoeira no Sertão de Ibiúna.
- [3] Designação local para aquele que herda o poder de comando e a responsabilidade pela terra. Ao cabeça cabe, por exemplo, o pagamento dos impostos e a definição das áreas de lavoura.